

**Companhia Transudeste de Transmissão**

Demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2014 e 2013 com  
relatório dos auditores independentes

## **Conteúdo**

Relatório anual da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	7
Balancos patrimoniais	9
Demonstração dos resultados	11
Demonstração dos resultados abrangentes	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstração dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis	15

## **COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO**

**CNPJ: 07.085.630/0001-55**

### **Relatório anual da Administração**

#### **Aos acionistas**

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transudeste de Transmissão apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

#### **A Companhia**

A Companhia Transudeste de Transmissão tem como objetivo social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

#### **Sistema de transmissão**

As instalações de transmissão da Companhia Transudeste de Transmissão integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados por Furnas Centrais Elétricas S.A e CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transudeste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

## **Disponibilidade da Linha de Transmissão**

	<b>31.12.2014</b>	<b>31.12.2013</b>
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100%	99,94%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

## **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

O projeto intitulado “Estudo de Viabilidade do Desenvolvimento e Implantação de um Sistema de Detecção Corona em Isoladores Via Emissão Acústica” com a Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria - FUPAI, foi encerrado em 2013. Deste projeto foi obtido um produto com resultado satisfatório estando o protótipo do equipamento em testes operacionais na Subestação de Araçuaí.

Em continuidade às suas ações, a Cia Transudeste mantém sua participação no projeto “Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira” referente à Chamada nº 013/2011, em parceria com a Cia Transirapé e a Cia Transleste, tendo assinado o Termo de Compromisso entre as empresas cooperadas com o Grupo Furnas (proponente) e ato contínuo, para andamento do projeto, a Transudeste assinou com a parceira executora CEI Solar Empreendimentos um convênio para o cumprimento do Plano de Trabalho proposto por ela.

Projetos como este, em desenvolvimento no ano de 2014, buscam inovações tecnológicas para fazer frente aos novos desafios de mercado na área de energia elétrica estando assim a Cia Transudeste em suas metas e investimentos, contribuindo nesta direção.

## **Responsabilidade Socioambiental**

Em sua Política Ambiental a Cia Transudeste mantém, permanentemente, medidas e ações mitigadoras buscando sempre minimizar os impactos ao meio ambiente.

A sustentabilidade deste empreendimento foi baseada em programas ambientais e a ele damos continuidade, sob normas e critérios socioambientais, de maneira a estabelecer o correto equilíbrio entre as ações de engenharia, de manutenção e de conservação socioambiental, visando principalmente à integridade de áreas que foram afetadas.

O Ofício Circular nº 002/2013/SFE/ANEEL de 03/09/2013 solicita e ressalta a importância da realização de campanhas regulares de esclarecimento à população no sentido inclusive de se evitar a prática de queimadas na proximidade de linhas de transmissão. Diante disso, a Cia Transudeste realizou Campanhas e Ações no período de 10 a 14 de novembro de 2014, através dos Programas de Educação Ambiental e Comunicação Social, junto da população local e aos seus trabalhadores envolvidos na manutenção da Linha de Transmissão Itutinga - Juiz de Fora. Aprimoramos e conscientizamos esta população local, atingida pela linha de transmissão, por meio do processo de sensibilização e mobilização dos mesmos como participantes ativos na transformação do meio em que estão inseridos.

Com foco destacado em Queimadas, esclarecemos e conscientizamos estas populações que ficam próximas e ao longo da linha de transmissão, realizando palestras nas escolas de cada município atingido pela linha de transmissão com a distribuição de amplo material educativo (sacolas ecológicas, folders, camisetas e bonés). Por meio do programa de Comunicação Social, aleatoriamente, visitamos algumas propriedades prestando informações sobre o empreendimento e esclarecendo cada proprietário/posseiro dúvidas a respeito da linha de transmissão, sua importância, riscos e problemas que certas atividades oferecem quando praticadas próximas a ela, tornando-se assim, um relacionamento harmonioso entre a comunidade, a Cia Transudeste e o meio ambiente.

Contratamos, no mesmo período acima, uma das principais Rádios da região para a divulgação de 10 chamadas por dia de um “spot” educativo com audiência em todos os municípios por onde passa a linha de transmissão.

O objetivo do trabalho foi alertar a comunidade para os problemas ambientais que acontecem na região, promovendo conhecimento, habilidades, atitudes e competência individual e coletiva, voltados para a conservação dos recursos naturais e uma melhor qualidade de vida da população atingida pela linha de transmissão.

Com vistas à prevenção de prováveis interferências da vegetação em sua faixa de servidão e suas vias de acessos às torres, a Cia Transudeste, como parte de seu programa de manutenção periódico, realizou em 2014, atividades de limpeza da faixa e conservação das vias de acessos numa gestão de qualidade, realizando supressões seletivas na vegetação de sua faixa de servidão e reparos e conservação das vias de acesso às torres.

Por meio de programas com seu contratado de O&M (Cemig), a Transudeste mantém permanentemente controle sobre prováveis erosões dentro e no entorno da sua faixa de servidão com constantes inspeções aérea.

Quanto a ações sociais a Cia Transudeste continua investindo nos treinamentos de seus colaboradores visando aprimoramento técnico para melhoria contínua no desenvolvimento de suas atividades laborais.

### **Desempenho econômico-financeiro**

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

## **Desempenho econômico-financeiro--Continuação**

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	<b>REGULATÓRIO</b>	<b>REGULATÓRIO</b>	<b>SOCIETÁRIO</b>	<b>SOCIETÁRIO</b>
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Lucro Líquido	9.277	8.567	12.711	13.565
EBITDA	17.266	15.626	18.241	18.220

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria



**KPMG Auditores Independentes**  
R. Paraíba, 550 - 12º andar - Funcionários  
30130-140 - Belo Horizonte, MG - Brasil  
Caixa Postal 3310  
30130-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700  
Fax 55 (31) 2128-5702  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Companhia Transudeste de Transmissão**  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Transudeste de Transmissão (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Transudeste de Transmissão em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

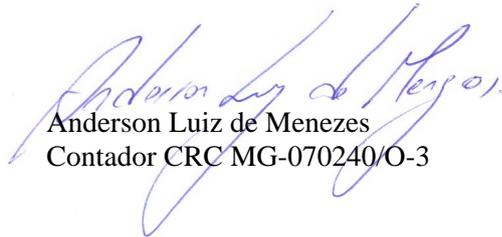
### **Outros assuntos**

#### ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior***

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

Belo Horizonte, 04 de março de 2015.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-070240/O-3

# Companhia Transudeste de Transmissão

## Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	919	682
Títulos e valores mobiliários	6	3.388	2.855
Contas a receber	7	24.241	22.099
Tributos e contribuições sociais a compensar	8	69	68
Outros		81	1.201
Total do ativo circulante		<b>28.698</b>	26.905
Não circulante			
Contas a receber	7	80.117	80.630
Imobilizado		8	5
Intangível		77	94
Outros		1.125	296
Total do ativo não circulante		<b>81.327</b>	81.025
Total do ativo		<b>110.025</b>	107.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

# Companhia Transudeste de Transmissão

## Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		212	247
Empréstimos e financiamentos	9	10.575	2.901
Dividendos a pagar	12	3.019	-
Tributos e contribuições sociais	8	551	466
Taxas regulamentares	10	670	544
Outros		(114)	325
Total do passivo circulante		14.913	4.483
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	32.693	42.625
Tributos diferidos	8	3.131	3.101
Taxas regulamentares	10	184	184
Outros		1.175	-
Total do passivo não circulante		37.183	45.910
Patrimônio líquido			
Capital social	12	30.000	30.000
Reservas de lucros		27.929	27.537
Total do patrimônio líquido		57.929	57.537
Total do passivo e patrimônio líquido		110.025	107.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia Transudeste de Transmissão

## Demonstração dos resultados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	14	<b>20.258</b>	20.344
Custo de operação			
Pessoal		<b>(183)</b>	(221)
Material		<b>(2)</b>	(13)
Serviços de terceiros		<b>(1.041)</b>	(1.054)
Taxa de fiscalização		<b>(83)</b>	(81)
Custo de construção			-
Outras		<b>(19)</b>	(12)
		<b>(1.328)</b>	(1.381)
Lucro operacional bruto		<b>18.930</b>	18.963
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		<b>(441)</b>	(480)
Material		<b>(8)</b>	(10)
Serviços de terceiros		<b>(252)</b>	(245)
Outras		<b>(62)</b>	(45)
		<b>(762)</b>	(780)
Resultado do serviço		<b>18.167</b>	18.183
Resultado financeiro			
Receita financeira	15	<b>666</b>	473
Despesa financeira	15	<b>(5.251)</b>	(4.287)
		<b>(4.585)</b>	(3.814)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<b>13.582</b>	14.369
Imposto de renda	13	<b>(557)</b>	(475)
Contribuição social	13	<b>(284)</b>	(248)
IR e CS diferidos	08	<b>(30)</b>	(81)
		<b>(871)</b>	(804)
Lucro líquido do exercício		<b>12.711</b>	13.565
Lucro por ações		<b>0,42</b>	0,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia Transudeste de Transmissão

### Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Em milhares de reais)*

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	12.711	13.565
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>12.711</u>	<u>13.565</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Companhia Transudeste de Transmissão

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Lucros Retidos	Dividendos adicionais propostos		
Saldo em 31 de dezembro de 2012	30.000	2.251	16.804	4.762	-	53.817
Distribuição de dividendos - AGO	-	-	-	(4.762)	-	(4.762)
Lucro líquido	-	-	-	-	13.565	13.565
Dividendos Declarados	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	678	-	-	(678)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(5.083)	(5.083)
Transferência para reservas de lucros	-	-	4.998	2.806	(7.804)	-
				-		
Saldo em 31 de dezembro de 2013	30.000	2.929	21.802	2.806	-	57.537
Distribuição de dividendos - AGO	-	-	-	(2.806)	-	(2.806)
Lucro líquido	-	-	-	-	12.711	12.711
Dividendos Declarados	-	-	-	-	(3.019)	(3.019)
Reserva legal	-	636	-	-	(636)	-
Dividendos	-	-	-	-	(6.494)	(6.494)
Transferência para reservas de lucros	-	-	-	2.562	(2.562)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<b>30.000</b>	<b>3.565</b>	<b>21.802</b>	<b>2.562</b>	-	<b>57.929</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Companhia Transudeste de Transmissão

## Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	12.712	13.565
Itens que não afetam as disponibilidades:		
Depreciação e amortização	20	4
Receitas de aplicação	(642)	(360)
Variações monetárias e cambiais líquidas	5.185	4.191
	<u>17.275</u>	<u>17.400</u>
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(364)	14
Ativo financeiro indenizável	(979)	(2.617)
Tributos e contribuições sociais	(1)	11
Outros ativos	5	(266)
	<u>(1.339)</u>	<u>(2.858)</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(35)	134
Tributos diferidos	30	80
Tributos e contribuições sociais	81	(287)
Taxas regulamentares	81	(151)
Outros passivos	750	(462)
	<u>907</u>	<u>(686)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>16.843</u>	<u>13.856</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Resgate de títulos e valores mobiliários	16.176	21.737
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(16.067)	(15.640)
Aplicação no imobilizado	(5)	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	<u>104</u>	<u>6.097</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(9.299)	(13.572)
Emissão de debêntures	-	-
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(7.411)	(6.410)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(16.710)</u>	<u>(19.982)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>237</u>	<u>(29)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	682	711
Saldo no final do exercício	<u>919</u>	<u>682</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>237</u>	<u>(29)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	761	1.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

### 1. Contexto operacional

A Companhia Transudeste de Transmissão foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 25 de outubro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 2007.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão e por FURNAS Centrais Elétricas, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 005/2005, de 04 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora - 345 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Número	Prazo (anos)	Contrato de concessão		
		Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2005	30	04/03/2035	21.530	IGP-M

(\*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.756/2014.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

## **2. Apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 04 de março de 2015.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

## **3. Sumário das principais práticas contábeis**

### **3.1 Instrumentos financeiros**

#### **3.1.1. Ativos financeiros**

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

### *Recebíveis*

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionária como recebíveis, os quais são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal e por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação.

### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

### *Contratos de concessão*

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

### **3.1.2. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

### **3.1.3. Apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **3.2. Estoques**

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição

### 3.3. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

### 3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.5. Tributação

#### 3.5.1. Impostos sobre a receita

As receitas de estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% ;

#### 3.5.2. Imposto de renda e contribuição social:

- *Correntes*

O Imposto de renda e a Contribuição social da Transudeste são calculados pelo regime de lucro presumido.

- *Diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

### 3.6. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Utiliza dados de cenários macroeconômicos por meio do boletim Focum e inputs de informações técnicas baseado no negócio da Companhia.

### **3.7. Reconhecimento da receita/transmissão de energia elétrica**

A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

#### **3.7.1. Receita de implantação de infraestrutura**

A Companhia reconhece a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a normativa contábil da ICPC 01.

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro nessa fase.

#### **3.7.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão**

Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

#### **3.7.3. Receitas de operação e manutenção**

Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, onde essa receita, é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos.

#### **3.7.4. Receita de juros**

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

### **3.8. Lucro por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

### **3.9. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n.º 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

## 4. Pronunciamento do IFRS

### 4.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	2	2
Bancos	917	680
	919	682

## 6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2014	31/12/2013
Fundo de investimentos	3.388	2.855
	3.388	2.855

Em 2014 refere-se ao Fundo de Investimento BB Amplo Fic Fi Renda Fixa Crédito Privado com remuneração pós-fixada em torno de 102,74% do CDI.

## 7. Contas a receber

	31/12/2014	31/12/2013
Concessionárias e permissionárias - (7.1)	2.403	1.848
Concess. Permiss. - Parte Relacionada	339	245
Ativo financeiro - (7.2)	101.616	100.636
	104.358	102.729
Ativo circulante	24.241	22.099
Ativo não circulante	80.117	80.630

### 7.1 Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

## 7.2 Ativo financeiro

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2014:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>98.019</b>
Remuneração do ativo financeiro	19.535
Custo de concessão	2.131
Realização do ativo financeiro	(19.048)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>100.637</b>
Remuneração do ativo financeiro	19.587
Custo de concessão	2.139
Realização do ativo financeiro	(20.747)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>101.616</b>

As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão do desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

## 8. Tributos e contribuições sociais

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante		
PIS/COFINS/CSLL - Lei 10.833/2003	24	26
IRRF a compensar	45	42
	<u>69</u>	<u>68</u>
Passivo circulante		
IRPJ	238	182
CSLL	119	95
COFINS	143	142
Outros	51	47
	<u>551</u>	<u>466</u>
Passivo não circulante		
IR e CS diferido (a)	3.131	3.101

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem do reconhecimento dos efeitos da adoção da ICPC 01 e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais

se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

(a) IR e CS diferido

Saldo em 31/12/2012	3.020
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>81</u>
Saldo em 31/12/2013	3.101
Imposto diferido reconhecido no resultado	<u>30</u>
Saldo em 31/12/2014	<u><u>3.131</u></u>

## 9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	2014					2013
	Circulante			Não Circulante		Total
	Principal	Encargos	Total	Principal e encargos	Total	
<b>Moeda Nacional</b>						
Debêntures	9.932	643	10.575	32.693	43.268	45.526
	<u>9.932</u>	<u>643</u>	<u>10.575</u>	<u>32.693</u>	<u>43.268</u>	<u>45.526</u>

Os recursos contratados referente a Debêntures foram de R\$ 47.500, emitidas em 14/11/2012 em espécie quirografárias, sem garantias através do Itaú Unibanco S.A.. O prazo da operação é de 05 anos com vencimento em 14/11/2017, as amortizações e pagamentos de juros serão semestrais sendo o 1º pagamento em 14/05/2013. Quanto a remuneração, renderão juros a 100% variação acumulada DI (dia) somados a taxa efetiva de 0,9875% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 2º ano da emissão.

A Cia tem a obrigação de cumprir com o limite da dívida líquida no montante de R\$ 50.700 para a 1ª emissão de debêntures, acrescido de atualização pelo IGPM.

Os financiamentos objetivam melhor estruturação da implantação do sistema de transmissão de energia da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos pela emissão das debêntures a longo prazo são:

Período	Total Dívida
2016	13.971
2017	<u>18.722</u>
	32.693

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada conforme a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>45.527</b>
Provisões de juros	5.152
Juros pagos	(5.036)
Amortizações de principal	(2.375)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>43.268</b>

## 10. Taxas regulamentares

	31/12/2014	31/12/2013
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	218	227
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	517	392
Taxa de Fiscalização ANEEL	119	109
Total	<b>854</b>	<b>728</b>
Circulante	670	544
Não Circulante	184	184

## 11. Partes relacionadas

### Contratos da fase operacional:

- CEMIG Geração e Transmissão para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Juiz de Fora contratado que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 de agosto de 2007.
- FURNAS para execução dos serviços de operação e manutenção da linha de transmissão Itutinga - Juiz de Fora associadas a obras na SE Itutinga que contou com a anuência da ANEEL, conforme Despacho nº 2.464 de 7 de agosto de 2007.
- CEMIG Geração e Transmissão para execução do compartilhamento de instalações relativo a SE de Juiz de Fora da LT Itutinga-Juiz de Fora.

Demonstração do resultado	31/12/2014	31/12/2013
Serviços prestados para parte relacionada		
CEMIG	1.430	1.308
FURNAS	859	913
Serviços tomados com parte relacionada		
CEMIG	777	703
FURNAS	161	143

Ativo Circulante	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Concessionárias e Permissionárias - parte relacionada		
CEMIG	179	144
FURNAS	160	101
Passivo Circulante		
Fornecedores - parte relacionada		
CEMIG	46	170
FURNAS	26	24

### **Remuneração do pessoal-chave da administração**

Em 2014 a remuneração anual da Administração como Diretoria e Conselho foi no total de R\$ 163 (R\$ 157 em 2013), composto por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

## **12. Patrimônio líquido**

### **a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social autorizado e integralizado era de R\$ 30.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	
	<u>2013</u>	
	<u>Integralizadas</u>	<u>% do capital</u>
Transminas Holding S/A	12.299.998	40,999933%
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	7.199.999	23,999999%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	7.499.999	24,999999%
EATE	2.999.999	9,90007%
Conselheiros	5	0,099999%
	<b>30.000.000</b>	<b>100,000000%</b>

### **b) Reservas de lucro**

- *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### **c) Reserva de retenção de lucros**

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

### **d) Dividendos propostos**

As demonstrações contábeis registram a proposta da Administração da Companhia, sujeita à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral, para distribuição de dividendos mínimos estabelecidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas demonstrações contábeis intermediárias de 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 6.494.

**Saldo de dividendos a pagar**

Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2012	3.726
Destinação AGO	4.763
Dividendos pagos no exercício	(8.489)
Dividendos Intermediários exercício 2013	(5.083)
Reserva de Lucros Retidos do exercício 2013	5.083
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2013	-
Destinação AGO	2.806
Dividendos pagos no exercício	(2.806)
Dividendos mínimo obrigatórios	3.019
Dividendos Intermediários exercício 2014	(6.494)
Reserva de Lucros Retidos do exercício 2014	6.494
Saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014	3.019

**13. Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de concessão de transmissão	2.139	2.139	2.131	2.131
Receita de implantação de infraestrutura	-	-	-	-
Remuneração de ativos da concessão	19.587	19.587	19.535	19.535
Total da receita operacional	21.726	21.726	21.666	21.666
Ajustes decorrentes do ICPC	-979	-979	-2.617	-2.617
Receita operacional ajustada	20.747	20.747	19.049	19.049
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	1.660	2.490	1.524	2.286
Receitas financeiras	642	642	473	473
Base de cálculo	2.302	3.132	1.997	2.759
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total	557	284	475	248

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973, conversão da MP 627/2013 que: (i) altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, (ii) extingue o Regime

Tributário de Transição - RTT, e (iii) dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Companhia optou por não adotar antecipadamente os efeitos da Lei 12.973, o exercício dessa faculdade será formalizado por meio da entrega da DCTF informando os fatos geradores referentes a dezembro de 2014. A partir de 1º de janeiro de 2015 essas disposições passarão a ser obrigatórias.

Baseada no princípio da neutralidade, a Companhia não prevê qualquer alteração significativa em suas estimativas em decorrência da adoção da Lei.

## 14. Receita operacional líquida

	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional		
Receita de concessão de transmissão	2.139	2.131
Receita de infraestrutura	-	-
Remuneração dos ativos de concessão	19.587	19.535
	<u>21.726</u>	<u>21.666</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(134)	(124)
COFINS	(622)	(571)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(519)	(457)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(193)	(170)
	<u>(1.468)</u>	<u>(1.322)</u>
Receita operacional líquida	<u>20.258</u>	<u>20.344</u>

## 15. Resultado financeiro

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Receitas Financeiras</b>		
Rendimentos fundo reserva	-	33
Rendimentos aplicação financeira	642	440
Outras receitas financeiras	24	-
	<u>666</u>	<u>473</u>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-5.187	-4.228
Outras despesas financeiras	-64	-59
	<u>-5.251</u>	<u>-4.287</u>
Total do resultado financeiro	<u>-4.585</u>	<u>-3.814</u>

## 16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação destes ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feito por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, empréstimos e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

### b) Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

### c) Gestão de riscos

A Companhia está exposta a riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia, destacam-se:

- Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a

420 usuários, com cláusula de garantia bancária.

- **Risco de preço**  
As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M.
- A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. Risco de taxas de juros

A Companhia pode sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os contratos de financiamentos e ter redução de rentabilidade nas aplicações financeiras em renda fixa.

- **Risco de liquidez**  
A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: - manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

**c) Operações com derivativos**

A Companhia não possui contratos com operações financeiras com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

**17. Provisão para contingências**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável e/ou possível.

**18. Benefícios a empregados**

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

\* \* \*

**Conselho de Administração**

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Wellington Lima Cristiano - Conselheiro

Lauro Sérgio Vasconcelos David - Conselheiro

João Procópio Campos Loures Vale - Conselheiro

**Diretoria**

José Renato Simões Machado - Diretor-técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm.Financeiro

**Contadora responsável**

Flávia Miranda Silva Pereira  
Contadora CRC N° MG-067247/0-2